LANÇAMENTO

ACESSO A TRATAMENTO E MEDICAMENTOS PARA PESSOAS COM HIV

A Covid-19 é considerada uma das maiores pandemias que o mundo já viveu nos últimos cem anos. Os diversos governos da região optaram pelo confinamento de pessoas como resposta, decretando quarentenas de diverso tipo. Esta situação não só gerou uma grave crise económica, também teve um impacto negativo nas diferentes populações e um agravamento das condições de vulnerabilidade que afetam e comprometem os direitos das pessoas, com destaque para os mais desfavorecidos.

Aqueles de nós que vivemos com o HIV insistimos que os governos não podem deixar de garantir nosso direito à saúde no contexto da atual crise. Garantir o acesso aos serviços, tratamentos e confidencialidade são requisitos essenciais para evitar o aprofundamento dos problemas de saúde que hoje enfrentamos.

Com medidas de distanciamento social e restrições de mobilidade, os desafios para garantir o acesso aos ARVs para pessoas que vivem com HIV aumentaram. Centros de atendimento foram fechados ou reduzidos, a produção foi paralisada por fechamento de fábricas ou falta de abastecimento; houve atrasos nas compras ou prazos de entrega nos diversos países da América Latina e do Caribe; ou simplesmente não podemos nos mover em busca de atenção pelo confinamento, entre outras muitas circunstâncias.

Por tudo isso, mais uma vez lembramos aos governos que a saúde é nosso direito e que não podemos enfrentar a atual pandemia de COVID-19 negligenciando o restante dos problemas ou minando os direitos da população. Nesse teor, exigimos:

- 1. Garantir a continuidade dos serviços médicos e de saúde às pessoas que vivem com HIV, bem como manter o estoque de medicamentos ARV para atender à demanda.
- 2. Dispensação multimensal e entrega comunitária de ARVs, para contribuir na redução da mobilidade das pessoas vivendo com HIV e diminuir as infecções de COVID-19, garantindo o tratamento oportuno.
- 3. Uso otimizado de estoques de ARV, bem como esquemas preferenciais e alternativos da OMS/WHO que proporcionem modernização na TARV, contribuindo para a redução da não adesão ao medicamento.

- 4. Coordenação regional e global com fabricantes de medicamentos e outros parceiros para garantir entregas antecipadas e compras emergenciais, para combater a escassez, utilizando as flexibilidades do TRIPS.
- 5. Doações e empréstimos entre países, com o apoio de parceiros cooperantes e doadores; bem como qualquer outra medida de cooperação e acordo regional que ajude os países a terem condições equitativas de resposta à atual emergência.

Por estas e muitas outras razões, não podemos permitir que o progresso que foi feito na última década na área do HIV tenha um retrocesso do qual não podemos voltar. Apelamos aos nossos parceiros, representantes dos países, ativistas e aliados para poderem levantar suas vozes e exigir que cada um dos tomadores de decisão, ministérios da saúde e legislativos dê atenção especial aos apelos descritos acima.

INENHUM REVÉS AO NOSSO DIREITO À SAÚDE SERÁ ACEITO!



